



Índice

- 01** [Dilma se nega a dialogar com movimento indígena](#)
- 02** [MPF/RR quer que empresa Oi providencie telefones públicos em comunidades indígenas ainda não contempladas](#)
- 03** [Problemas com saúde e terra afligem povos indígenas](#)
- 04** [DIA DO ÍNDIO: Ministério da Saúde avança no atendimento à população indígena](#)
- 05** [Documento que registra extermínio de índios é resgatado após décadas desaparecido](#)
- 06** [Vereadores ouvem reclamações e pedidos dos índios em Aquidauana](#)
- 07** [Secretaria de Educação divulga resultado preliminar do processo Seletivo Indígena](#)
- 08** [UNB confirma participação nos Jogos Universitários Indígenas de Roraima](#)
- 09** [Comunidades temem construção de hidrelétrica em Raposa Serra do Sol](#)
- 10** [Dia do Índio: Fetems relata descaso com professor de Aquidauana](#)
- 11** [Escritor defende literatura indígena para embasar estudo de culturas tradicionais](#)



Dilma se nega a dialogar com movimento indígena

SÍTIO SÉCULO, 21.04.2013

Nota pública com críticas à presidente foi divulgada no último dia de mobilização em Brasília, nessa sexta-feira

Em nota pública divulgada nessa sexta-feira (19), Dia do Índio, lideranças reunidas no Abril Indígena, mobilização realizada em Brasília para responder às pressões da bancada ruralista do Congresso Nacional, criticam a postura da presidente Dilma Rousseff. Segundo elas, desde quando assumiu a presidência, a petista se nega a dialogar com o movimento.

A iniciativa dos índios ocorre após protesto no Palácio do Planalto, nessa quinta-feira (18), com a presença de mais de 700 lideranças, representando 121 povos indígenas. Na ocasião, eles reivindicaram uma audiência com a presidente, mesmo para os próximos dias, mas não foram atendidos. À disposição das lideranças estariam os ministros, “apenas para o governo ter foto em propagandas, de que é preocupado com as questões dos índios”, diz o documento.

As lideranças ressaltam que as manifestações realizadas entre essas segunda e sexta-feiras (15 e 19) são legítimas e pretendem alertar para assassinatos de indígenas e manobras para evitar a demarcação de suas terras. Destacam ainda a diferença de comportamento dos presidentes da Câmara (Henrique Alves, PMDB), do Senado (Renan Calheiros, PMDB) e do Supremo Tribunal Federal (Joaquim Barbosa), que receberam os representantes do movimento indígena.

“Há dois anos entregamos uma pauta de reivindicações a esses ministros e nada foi encaminhado. De lá pra cá, perdemos as contas de quantas vezes Dilma esteve com latifúndios, empreiteiras, mineradores e a 'turma das hidrelétricas'. Fez portarias e decretos para beneficiá-los e quase não demarcou e homologou terras tradicionais nossas. Deixou sua base no Congresso Nacional entregar comissões importantes para os ruralistas e seus aliados”.

O documento aponta ainda que os povos indígenas apenas queriam manifestar a Dilma suas angústias e preocupações. Para eles, a presidente está do lado de quem “nos mata, rouba nossas terras, nos desrespeita e pouco se importa com o que diz a Constituição”. E quando não diz nada diante do que vem acontecendo “mostra sua expressão anti-indígena”.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), durante o governo Dilma apenas dez terras indígenas foram demarcadas no Brasil, sendo todas na região Norte – sete no Amazonas, duas no Pará e uma no Acre, áreas que hoje não envolvem os mais graves conflitos entre latifundiários e comunidades indígenas. Os números, que têm como base publicações do Ministério da Justiça no Diário Oficial da União, não atendem ao pleito dos povos indígenas e do Ministério Público Federal (MPF).

O levantamento da entidade indica ainda que 335 terras estão em alguma das fases do

CONT.



procedimento de demarcação - dezenas com demora de dez, 20 anos para a conclusão - e outras 348 reivindicadas.

Contraditório

Para não passar em branco o Dia do Índio, o governo federal criou, nessa sexta-feira (19), o comitê responsável por coordenar e monitorar ações que garantam a melhoria da "qualidade de vida e das condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas". Embora essencial para efetivar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, a medida ocorre com dez meses de atraso.

O Ministério do Meio Ambiente também anunciou a liberação de R\$ 4 milhões para a elaboração, por meio de editais públicos, de dez planos de gestão ambiental de terras indígenas. Segundo a ministra Izabella Teixeira, as próprias comunidades indígenas vão escolher as áreas contempladas.

Informações da Agência Brasil apontam que um novo decreto conjunto dos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente deve ser publicado nos próximos dias detalhando a estrutura, a composição e o funcionamento do comitê gestor. Além de representantes do governo federal, deverá ter a participação de representantes indicados pelos povos indígenas que, segundo a ministra, já teriam sido nomeados. Entretanto, os índios presentes à solenidade disseram à Agência que não participaram de qualquer discussão sobre o comitê, nem indicaram representantes.

Ao mesmo veículo, os índios ressaltaram que apenas compareceram ao evento para exigir respeito aos direitos indígenas, celeridade na demarcação de novos territórios e, principalmente, protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação e a homologação de terras indígenas e quilombolas.

Além da ministra Izabella Teixeira, a solenidade do governo federal contou com as presenças do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; da ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Azevedo.



MPF/RR quer que empresa Oi providencie telefones públicos em comunidades indígenas ainda não contempladas

SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, 19.04.2013

O Ministério Público Federal em Roraima expediu recomendação a empresa Oi para que a mesma informe no prazo de 10 dias, quais comunidades indígenas ainda não dispõem de Telefone de Uso Público (TUP), bem como, que proceda no prazo de 30 dias a elaboração e apresentação do plano de instalação – com cronograma de execução no prazo de 90 dias – nas comunidades indígenas ainda não contempladas.

De acordo com o Ministério Público Federal as localidades com mais de cem habitantes devem dispor de pelo menos um telefone público instalado em local acessível 24 horas por dia. Além disso, conforme o MPF/RR, é garantida por lei, a universalização do acesso a serviços de telecomunicações, independentemente da localização e condição socioeconômica.

Conforme o procurador da República Fernando Machiavelli Pacheco o Decreto nº 7.512 define “aldeia indígena” como a localidade habitada por indígenas, compreendida pelo conjunto de casas ou malocas, podendo ainda ser entendido como morada, que serve de habitação para o indígena e aloja diversas famílias, bem como define Telefone de Uso Público (TUP) como sendo aquele que permite a qualquer pessoa utilizar, por meio de acesso de uso coletivo.

Ação coordenada - Durante toda essa semana o Ministério Público Federal em todo o Brasil está o realizando mobilização nacional em defesa dos territórios indígenas, trabalho que culmina neste 19 de abril, quando é comemorado o Dia do Índio. Estão sendo propostas 14 ações civis públicas visando a garantir terras que os povos indígenas tradicionalmente ocupam. Além disso, estão sendo expedidas 11 recomendações para instituições públicas e empresas privadas.

Em Roraima o MPF expediu recomendação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que seja feita a fiscalização e vistoria in loco das fazendas situadas em áreas invadidas na Terra Indígena Yanomami, na região do Rio Ajarani. Durante essa semana em que se comemora o Dia do Índio, o Ibama deu início às fiscalizações.

O MPF quer que sejam feitas autuações de todos os crimes ambientais e infrações administrativas constatados na região do Ajarani, em virtude das invasões ilegais, e seja feita aferição do dano ambiental na área fiscalizada, para posterior reparação pelos responsáveis.

Além disso, o MPF expediu recomendação à Funai para que seja feita confecção de plano de retirada de ocupantes e bens das fazendas localizadas na região do Ajarani, dentro da Terra Indígena Yanomami. O órgão quer ainda que a Funai proceda ao cumprimento do plano de retirada, ultimando a desintrusão da área.

Na quarta-feira, 17 de abril, o MPF promoveu o Debate sobre Mineração em Terras Indígenas, com a participação de representantes indígenas, Universidade Federal, Departamento de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 065 / 2013

Brasília, 22 de abril de 2013.

Produção Mineral e Instituto Socioambiental. Além disso, promoveu exposição fotográfica aberta ao público intitulada "Taai: um olhar sobre os indígenas de Roraima". A exposição segue até o dia 21 de abril.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República em Roraima
ascom@prrr.mpf.com.br

(95) 3198-2045

Problemas com saúde e terra afligem povos indígenas

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 18.04.2013

Em audiência da Comissão de Participação Popular, participantes denunciam ameaças em razão de conflitos agrários.



Problemas com saúde e terra afligem povos indígenas

Em audiência da Comissão de Participação Popular, participantes denunciam ameaças em razão de conflitos agrários.

Representantes de diversas etnias dos povos indígenas do Estado participaram da atividade, que integrou as ações da 5ª edição do Abril Indígena - Foto: Lia Priscila

Debater a implementação dos direitos e a conquista da cidadania dos povos indígenas do Estado. Esse foi o tema da audiência pública realizada na tarde desta quinta-feira (18/4/13) pela Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A atividade, que integrou as ações da 5ª edição do Abril Indígena e atendeu a requerimento do presidente da comissão, deputado André Quintão (PT), foi realizada no Plenário, em razão do grande número de participantes. Representantes de diversas etnias dos povos indígenas do Estado participaram. A reunião teve início logo após o encerramento da solenidade de abertura dos Jogos Indígenas 2013.

CONT.

O coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimg), Mezaque Silva de Jesus, reconheceu que o Abril Indígena tem sido importante para dar destaque a diversas questões que afligem as comunidades indígenas, mas fez questão de ressaltar que discorda de haver uma data para o Dia do Índio (19 de abril), pois, segundo ele, "todo dia é dia de índio". Mezaque ressaltou a importância de se resolver a questão territorial, que compreende demarcação e concretização da posse das áreas. Outro ponto bastante aflitivo, segundo ele, é a atenção à saúde dos povos indígenas, que estaria pior a cada dia. Mezaque também questionou a atuação da Funai, que classificou como decepcionante.



Participantes também denunciaram supostas ameaças sofridas por lideranças e comunidades - Foto: Lia Priscila

O coordenador regional da Funai em Governador Valadares, Tiago Henrique Fiorotti, falou sobre a função da autarquia, destacando quatro eixos que estruturam seu atual modelo de gestão: políticas para a gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas, visando à sustentabilidade econômica e sociocultural; ações pelos direitos indígenas com a perspectiva de apoiar e reconhecer a autodeterminação dos povos; fortalecimento da cultura de gestão estratégica de forma participativa e integrada, por meio de comitês

regionais com a participação da comunidades; garantir e articular a continuidade das dinâmicas culturais dos povos indígenas. Ele ainda salientou as dificuldades enfrentadas pela fundação, que padece de recursos humanos e financeiros.

Marcílio Dias de Magalhães, da Subsecretaria de Estado de Políticas e Ações de Saúde, afirmou que a Superintendência de Redes de Atenção à Saúde possui uma coordenação que acompanha os povos indígenas e anunciou que um novo programa estaria em implementação, com o objetivo de registrar e resgatar a medicina tradicional indígena. O programa compreende conhecimento e manipulação de plantas e ervas já historicamente utilizadas pelos índios, estimulando o seu cultivo.

A coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Elizabeth Cristina Gosling, afirmou que, a partir de julho, vai ser realizado o Orçamento Participativo e que, a partir de 2014, ele será gerido junto com as comunidades, para que os recursos sejam aplicados da forma mais justa. Ela sugeriu, ainda, a criação de uma Comissão de Caciques.

A deputada Maria Tereza Lara (PT) disse que a igualdade racial é questão de interesse de todos, de qualquer etnia. Para ela, a questão das demarcações e posses é um dos grandes desafios. O deputado André Quintão ratificou suas palavras, acrescentando que a demarcação dos territórios é sempre muito desigual, mas é fundamental e tem sido uma preocupação

CONT.

continua da comissão, assim como a saúde dos povos indígenas.

Debates - Representantes de diversas etnias que residem no Estado, como Caxixó, Xacriabá, Pataxó e Pancararu, abordaram dificuldades e pediram intervenções da Casa. As questões das dificuldades em relação ao acesso à saúde pública e a medicamentos e os percalços envolvendo demarcações, posse e também recursos para cultivo e plantio estiveram entre as principais queixas. Alguns dos participantes ainda denunciaram ameaças sofridas por lideranças e comunidades. O deputado André Quintão disse que a Comissão de Participação Popular vai propor audiência a fim de apurar as denúncias.

Ritual pela união dos povos marca abertura dos Jogos Indígenas



A abertura da segunda edição dos Jogos Indígenas foi oficializada no Hall Administrativo do Palácio da Inconfidência - Foto: Marcelo Metzker

Também como parte das atividades do Abril Indígena nesta quinta-feira (18), foi oficializada, no Hall Administrativo do Palácio da Inconfidência, a abertura da segunda edição dos Jogos Indígenas. Esta edição será realizada entre 24 e 28 de junho, na aldeia Guarani-Pataxó, localizada em Carmésia (Vale do Rio Doce). Na cerimônia, aberta pelo deputado André Quintão, índios Xucuru-Kariri e Pataxó realizaram um ritual, com canto e dança, simbolizando a união dos povos indígenas.

Criados a partir de uma emenda da Comissão de Participação Popular na última revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), os Jogos Indígenas foram realizados pela primeira vez no ano passado, em São João das Missões (Norte de Minas). Nesta edição 2013, as modalidades das disputas são: derruba toco; arco e flecha; corrida à distância; cabo de guerra; zarabatana; corrida de maracá; bodoque; arremesso de lança e futebol.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 065 / 2013

Brasília, 22 de abril de 2013.

Pela manhã, os índios realizaram na Praça da Assembleia uma cerimônia religiosa em homenagem a Pachamama, a mãe terra da tradição indígena. Eles dançaram e contaram músicas em suas línguas. Ao final da cerimônia, todos seguiram cantando em fila para o Hall das Bandeiras.



DIA DO ÍNDIO: Ministério da Saúde avança no atendimento à população indígena
SÍTIO AGÊNCIA DO RÁDIO, 18.04.2013

LOC/REPÓRTER: Nesta sexta-feira, dia 19 de abril, será celebrado o Dia do Índio. Com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, em outubro de 2010, o Governo Federal passou a ter mais uma missão: oferecer saúde de qualidade para todos os indígenas do país. O ministro da saúde, Alexandre Padilha, destaca que ainda é um grande desafio desenvolver ações de promoção à saúde para essa população.

TEC/SONORA: Ministro da Saúde, Alexandre Padilha

"A presença de profissionais médicos e de enfermagem avançou, mas precisamos avançar ainda mais. Por isso a importância também das campanhas de vacinação. Agora em abril começa toda uma concentração, o mês da vacinação indígena, não só contra a gripe que é nossa principal preocupação com a população indígena, mas também, especificamente, pra população indígena, as equipes entram em área e aproveitam pra atualizar todo o calendário de vacinação".

LOC/REPÓRTER: Durante o mês de abril, a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde aproveita as comemorações do Dia do Índio para cumprir uma extensa programação chamada Abril Saúde Indígena. A programação oferece exposições, encontros, lançamentos, apresentações culturais e debates sobre o tema. Segundo o secretário especial de saúde indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves, uma das conquistas da Secretaria foi conseguir fortalecer a participação dos indígenas na execução das políticas direcionadas para essa população:

TEC/SONORA: secretário especial de saúde indígena, Antônio Alves

"Hoje, todos os conselhos locais, os conselhos distritais têm o seu regimento já revisado, já atualizados os mandatos dos conselheiros e eles são fundamentais porque são os fiscalizadores e os controladores da execução da nossa política".

LOC/REPÓRTER: Para melhor atender os 730 mil indígenas que vivem em aldeias no Brasil, a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde organizou as áreas indígenas em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. A estrutura de atendimento conta com polos base, que disponibilizam medicamentos e toda a estrutura de trabalho necessária para o profissional de saúde oferecer atendimento qualificado.

Documento que registra extermínio de índios é resgatado após décadas desaparecido
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 19.04.2013

Relatório de mais de 7 mil páginas que relatam massacres e torturas de índios no interior do país, dado como queimado num incêndio, é encontrado intacto 45 anos depois



A expedição percorreu mais de 16 mil quilômetros e visitou mais de 130 postos indígenas onde foram constatados inúmeros crimes e violações aos direitos humanos. O governo ignorou pedido do Relatório Figueiredo para demitir 33 agentes públicos e suspender 17

Depois de 45 anos desaparecido, um dos documentos mais importantes produzidos pelo Estado brasileiro no último século, o chamado Relatório Figueiredo, que apurou matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra indígenas no país – principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) –, ressurge quase intacto. Supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado recentemente no Museu do Índio, no Rio, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais.

Em uma das inúmeras passagens brutais do texto, a que o Estado de Minas teve acesso e publica na data em que se comemora o Dia do Índio, um instrumento de tortura apontado como o mais comum nos postos do SPI à época, chamado “tronco”, é descrito da seguinte maneira: “Consistia na trituração dos tornozelos das vítimas, colocadas entre duas estacas enterradas juntas em um ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente”.

Entre denúncias de caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina, o texto redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia ressuscita incontáveis fantasmas e pode se tornar agora um trunfo para a Comissão da Verdade, que apura violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988.

CONT.



A investigação, feita em 1967, em plena ditadura, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, tendo como base comissões parlamentares de inquérito de 1962 e 1963 e denúncias posteriores de deputados, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. Jader de Figueiredo e sua equipe constataram diversos crimes, propuseram a investigação de muitos mais que lhes foram relatados pelos índios, se chocaram com a crueldade e bestialidade de agentes públicos. Ao final, no entanto, o Brasil foi privado da possibilidade de fazer justiça nos anos seguintes. Albuquerque Lima chegou a recomendar a demissão de 33 pessoas do SPI e a suspensão de 17, mas, posteriormente, muitas delas foram inocentadas pela Justiça.

Os únicos registros do relatório disponíveis até hoje eram os presentes em reportagens publicadas na época de sua conclusão, quando houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar o que havia sido constatado por Jader e sua equipe. A entrevista teve repercussão internacional, merecendo publicação inclusive em jornais como o New York Times. No entanto, tempos depois da entrevista, o que ocorreu não foi a continuação das investigações, mas a exoneração de funcionários que haviam participado do trabalho. Quem não foi demitido foi trocado de função, numa tentativa de esconder o acontecido. Em 13 de dezembro do mesmo ano o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5, restringindo liberdades civis e tornando o regime autoritário mais rígido.

O vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e coordenador do Projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic, foi quem descobriu o conteúdo do documento até então guardado entre 50 caixas de papelada no Rio de Janeiro. Ele afirma que o Relatório Figueiredo já havia se tornado motivo de preocupação para setores que possivelmente estão envolvidos nas denúncias da época antes de ser achado. "Já tem gente que está tentando desqualificar o relatório, acho que por um forte medo de ele aparecer, as pessoas estão criticando o documento sem ter lido", acusa.

Suplícios

O contexto desenvolvimentista da época e o ímpeto por um Brasil moderno encontravam entraves nas aldeias. O documento relata que índios eram tratados como animais e sem a menor compaixão. "É espantoso que existe na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios", lamentava Figueiredo. Em outro trecho contundente, o relatório cita chacinas no Maranhão, em que "fazendeiros liquidaram toda uma nação". Uma CPI chegou a ser instaurada em 1968, mas o país jamais julgou os algozes que ceifaram tribos inteiras e culturas milenares.



Vereadores ouvem reclamações e pedidos dos índios em Aquidauana

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 21.04.2013

Na Sessão Solene da última quarta-feira (17), realizada na Aldeia Bananal, o vereador Ademir Brites (PT), ao se reportar à data comemorativa ao "Dia do Índio" (19/04), destacou que a comunidade indígena respeita a eleição de cacique, entretanto, não se respeita a eleição de prefeito – conquistada com votos dos indígenas.

De acordo com ele, há dois prefeitos em Aquidauana: o primeiro eleito [Fauzi Suleiman] pelo povo, e o outro [José Henrique Trindade] empossado pela justiça.

"O povo indígena pode contar com o apoio desse vereador e dos demais pares, e que possam comemorar a data como muita esperança", concluiu.

O vereador Anderson Meireles (PT do B) ressaltou a história de lutas e bravura da nação terena e lembrou que Aquidauana vive situação semelhante aos problemas apontados pelos caciques em relação à manutenção básica dos distritos e aldeias.

"Embora não tive votos nas aldeias, quero colocar o meu gabinete à disposição da comunidade indígena para, juntos, discutirmos políticas públicas juntos", sugeriu.

Meireles lembrou, também, da sua ida a Campo Grande onde se reuniu com o deputado estadual licenciado e secretário de Estado de habitação, Carlos Marum, para tratar de assuntos referentes a construção de casas populares no município, que incluirá as aldeias indígenas dentro do projeto habitacional do governo. "São recursos na ordem de R\$ 400 mi, que a cidade não poder perder", acrescentou.

O vereador Montana (DEM) tem conhecimento dos problemas das estradas e ruas do distrito, a exemplo de Aquidauana. Porém, ele anunciou que o prefeito José Henrique Trindade colocará a maquinaria à disposição da população, muito embora reconheça as dificuldades por que passa a prefeitura.

"tive votos nessa aldeia (Bananal), mas sou vereador de todas as aldeias", avisou, ao colocar, também, o seu gabinete à disposição das comunidades indígenas.

Por último, cumprimentou os índios pela data comemorativa e apoiou a sugestão apresentada na sessão de instituir o "Dia do Índio (19/04) como feriado municipal.

O vereador Mauro do Atlântico (PT) apóia a escolha e a eleição de um irmão terena para a Câmara Municipal, de preferência do grupo do Partido dos Trabalhadores (PT), o qual é filiado.

O parlamentar pediu à comunidade para analisar e valorizar os políticos que trabalham para
CONT.



reduzir as chances de cometerem injustiças.

“Coloco-me à disposição para atender as demandas coletivas da comunidade”, finalizou.

A vereadora Luzia Cunha (PT) disse que, “todo dia é dia de índio” – cuja as comemorações não podem se restringir somente a 19 de abril.

“De todos os anos, este [2013], é o misto de tristeza e alegria - elegemos um prefeito, porém, não assumiu”, lembrou.

Ela elencou os problemas enfrentados pelas comunidades, que se transformaram em objeto de indicação apresenta em sessão ordinária relacionados a precariedade das estradas, a má qualidade da merenda escolar, a falta de material escolar e uniforme e denúncias de professores desabilitados ministrando aulas nas escolas. Além disso, questionou o Peti Indígena e os programas sociais que não estão funcionando.

“Se Aquidauana estivesse sendo cuidada não havia a necessidade de cobrar essas ações”, comentou.

Ela, juntamente com o futuro presidente, vereador Anderson Meireles (PTdo B), assumiram o compromisso nos quatro anos de mandato de visitar o distrito e aldeias na semana comemorativa ao Dia do Índio a fim de ouvir os anseios da comunidade indígena.

“Cheguei à Câmara com votos dos indígenas, por isso, queremos participar das lutas e conquistas diárias desse povo”, completou.

A Sessão Solene contou, ainda, com a presença dos professores Roberto Botarelli (presidente da Fetems) e Ordalino Martins Cunha (representando o senador Delcídio do Amaral) e outras lideranças locais.

Dos 13 vereadores, cinco estiveram presentes, dois justificaram a ausência, Paulo Reis e Valter Neves, e o restante não confirmaram presença ao evento.



Secretaria de Educação divulga resultado preliminar do processo Seletivo Indígena
SÍTIO BV NEWS, 20.04.2013

Os professores terão carga horária de 25 horas semanais, sendo 16 horas em atividades em classe e 9 horas de atividades extraclasse

O resultado preliminar do processo seletivo que contratará 133 professores indígenas já está disponível no site da Secretaria Estadual de Educação (SEED), www.educacao.rr.gov.br no link download/seletivos. O certame contou com 622 inscritos e foram classificados 568 candidatos. O prazo para interposição de recursos está reservado para os dias 19 e 22 de abril.

O resultado final será divulgado no dia 23. A convocação, cadastramento e lotação, ficaram para os dias 24 e 25 de abril. Os professores classificados terão carga horária de trabalho de 25 horas semanais, sendo 16 horas em atividades em classe e 9 horas de atividades extraclasse. Os salários variam de R\$ 1.462,62 a R\$ 2.031,17.

A seleção é mediante análise curricular de caráter classificatório e avaliação de títulos. Os professores contratados vão atender as modalidades de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas localizadas nas Amajari, São Marcos, Surumu, Raposa.

E ainda Serras, Serra da Lua, Taiano, Murupú, Baixo Cotingo, e Wai Wai. O processo seletivo foi destinado exclusivamente para professores indígenas com o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI).

Foram disponibilizadas 17 vagas na modalidade de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e 30 vagas para a modalidade Língua Materna Indígena. E ainda 86 vagas para as modalidades de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

“Com o seletivo, vamos suprir grande parte da demanda de nossas escolas indígenas, destacou Ineide Isidoro, chefe da Divisão de Educação Indígena (DIEI) da SEED.

INDÍGENAS

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, Roraima conta hoje com 248 escolas indígenas e 13.575 alunos matriculados. Um total de 1.308 professores atuam nestas instituições de ensino e destes, apenas 23 são professores não-indígenas. As unidades escolares indígenas também ofertam a modalidade de Educação Especial.

Entre os projetos realizados nestas unidades escolares, destacam-se: “Uyesereukon Manukon” que na língua Macuxi quer dizer Vivenciando a nossa cultura, realizado nas 64 escolas localizadas na região das Serras em Uiramutã.

E também o projeto “Kumaggi Tucupi”, que na língua Taurepang significa Projeto de Língua, desenvolvido em 32 instituições na região São Marcos, em Pacaraima.



UNB confirma participação nos Jogos Universitários Indígenas de Roraima
SÍTIO BV NEWS, 20.04.2013

A UNB participará com uma delegação formada por 19 pessoas, sendo 18 atletas e um técnico

A Universidade de Brasília (UNB) confirmou a participação na segunda edição dos Jogos Universitários Indígenas de Roraima promovido pela Federação Universitária de Esportes de Roraima (FUER). A competição será nos dias 26, 27 e 28 de abril no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). A abertura oficial do evento está agendada para o dia 26, às 19h.

A UNB participará com uma delegação formada por 19 pessoas, sendo 18 atletas e um técnico. Os estudantes indígenas de Brasília vão competir em todas as modalidades, nos naipes masculino e feminino.

Antonio Macedo Dias, presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal, está na delegação. Indígena da etnia Kaimbé, é estudante de Agronomia da UNB e disse que está muito empolgado com o evento.

“Todos estamos muito satisfeitos com este evento. Além de ser a primeira vez que vamos viajar para fora da nossa cidade para competir, vai ser muito bom o intercâmbio e o contato com outros indígenas universitários”, disse Antonio Macedo.

Os Jogos Universitários Indígenas são realizados exclusivamente para universitários indígenas. Entre as disputas, estão as modalidades indígenas (arco e flecha, corrida de tora e queda de corpo) e não indígenas como futebol society e cabo de guerra.

“Contar com a participação de instituições de outros estados demonstra que nosso evento está ganhando cada vez mais força e credibilidade”, destacou Elaine Morellato, presidente da FUER.

O evento é realizado por meio da parceria entre a FUER e o Exército Brasileiro. Roraima é o primeiro Estado do país a realizar a competição. Assim como no ano passado, as competições acontecerão na estrutura do Exército, que disponibilizará a alimentação, hospedagem e pessoal de apoio.

INSCRIÇÕES

As inscrições para os jogos seguem até amanhã (20) e devem ser realizadas mediante preenchimento da ficha de inscrição devidamente assinada pela Instituição de Ensino Superior (IES), apresentação do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e pagamento da taxa de R\$ 50 reais por atleta.

Todas as IES receberam o regulamento e as fichas de inscrição por meio de sua Coordenação de Esportes. Os documentos também estão disponíveis no site da FUER

CONT.



(www.fuer.cbdu.org.br).

Para o Tenente Coronel Mercês, comandante do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS), participar do evento representa colaborar para o desenvolvimento do esporte da região.

“Nossa intenção é dar continuidade a esta parceria e promover um evento ainda mais bonito que o do ano passado. Como novidade, iremos estender a participação aos indígenas de todas as nossas unidades”, destacou o Tenente Coronel Mercês.

No ano passado, os Jogos Universitários Indígenas contaram com a participação de 217 atletas das seguintes instituições de ensino: Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Estadual de Roraima (UERR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRR), Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES), Faculdade Cathedral e Estácio Atual. Em 2012, a UFRR foi a grande campeã dos Jogos.

DIREITO DESPORTIVO

Paralelo às competições indígenas, a FUER irá ofertar o mini curso “Direito Desportivo – Processo Célere – Teoria e Prática”, que será ministrado pelo presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Distrito Federal (TJDU/DF), Leandro Almeida Damas de Oliveira. O mini curso será no dia 27 de abril, das 8h às 12h e das 14h às 18h no auditório do Exército e irá contar com a apresentação de um julgamento.

O evento é voltado para alunos dos cursos de Direito, atletas e pessoas interessadas na área de Justiça Desportiva. As inscrições estão abertas e podem ser realizadas na Coordenação de Extensão da Faculdade Estácio Atual ou no dia do evento, ao preço de R\$ 20. Os participantes receberão certificados de 8h para fins de atividades complementares.

Para os Jogos Universitários Indígenas, a FUER conta com o apoio da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), Exército (12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, 10º Grupo de Artilharia e Campanha de Selva – GAC, 1ª Brigada de Infantaria de Selva - 1º BIS e 7º Batalhão de Infantaria de Selva – 7º BIS), Governo do Estado de Roraima, Prefeitura de Boa Vista, e patrocínio de Cacau Show, Roraima Adventure, Jornal Folha de Boa Vista, Toli e BV Formaturas.

Comunidades temem construção de hidrelétrica em Raposa Serra do Sol
SÍTIO D24AM, 20.04.2013

Indígenas afirmam que, se o projeto avançar, o primeiro povo a ser prejudicado será o Tamanduá



Roraima - Após um longo período de luta pela demarcação e homologação da terra, os índios também temem que a construção da hidrelétrica seja uma nova porta para a entrada de milhares de pessoas em Raposa Serra do Sol.

Em março, durante a 42ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, foi divulgado um documento pedindo a interrupção do projeto de construção da hidrelétrica na Cachoeira de Tamanduá e reivindicando a participação na elaboração de programas e políticas que atendam às suas expectativas e necessidades.

No documento, entregue ao secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, os índios também pedem a revogação das 19 condicionantes impostas durante o julgamento da demarcação da Raposa Serra do Sol e reiteram o apoio à "luta do povo Munduruku afetado pela construção do complexo hidrelétrico do Rio Tapajós, de nossos parentes afetados pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte, e o sofrimento do povo Guarani Caiuá".

Caso o projeto da hidrelétricas do Rio Cotingo avance, o primeiro lugar a ser inundado será a comunidade Tamanduá, na Região da Serra. "Essa hidrelétrica é antiga, né?".

CONT.



Falavam que era bom para o povo, mas depois a gente foi reconhecendo a verdade. Fomos buscar a história por que a barragem não é boa para o povo indígena. Logo vimos que a obra da hidrelétrica alagava isso aqui tudo”, contou o tuxaua da comunidade Tamanduá, Hélio da Silva.

A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e, caso avance atingirá todas as comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, pois prevê a edificação de cinco barragens, o que vai afetar toda a região do Rio Cotingo.

De acordo com o tuxaua Hélio da Silva, os índios já ouviram rumores de que a intenção é dar início aos estudos de impacto ambiental, já em 2014. Segundo ele, o local já foi visitado por técnicos e, a mando do ex-governador Neudo Campos, a polícia destruiu “quatro casas e espancou dois companheiros”, para retirar a comunidade do local.

“Tem esse plano do governo do Estado, junto com o governo federal, querendo construir essa Usina de Tamanduá. Tem comunidade naquele local que tira o sustento de lá. Caso seja construída, essa usina vai alagar o local onde as comunidades produzem”, disse Abel Lucena, um dos líderes indígenas para quem a construção da hidrelétrica é contrária aos projetos de produção e sustentabilidade que os indígenas estão implantando em Raposa Serra do Sol.

Lucena disse que não houve qualquer tipo de consulta aos indígenas. “Eles fazem a matéria deles e publica sem nem mesmo consultar a gente. Por isso a revolta da liderança de não aceitar. Ninguém está contra a energia, mas vamos estudar qual energia nós vamos precisar, qual vai trazer benefícios para a comunidade”.

A observação de Lucena é reforçada pelo biólogo Ciro Campos, do Instituto Socioambiental (ISA), entidade que desenvolve projetos de preservação ambiental e de apoio aos índios. Campos defende a possibilidade da utilização de energia eólica na região.

Ele coordena um estudo, feito em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que vai identificar o potencial de aproveitamento dos ventos para a geração de eletricidade.

“A decisão de construir a hidrelétrica aqui no Tamanduá é mais política e visa ao fornecimento de energia em larga escala para todo o Estado. Para o fornecimento desta região aqui, a energia de uma Cachoeira do Tamanduá muito acima da necessidade da região”.

Ele acredita na viabilidade da geração de energia dos ventos conjugada com a solar, ambos abundantes em Raposa Serra do Sol, o que evitaria o impacto ambiental causado pela construção de grandes usinas hidrelétricas. “A energia do vento, se fosse conjugada com a energia do sol, talvez com energia de mini-hidrelétricas, poderia reduzir o consumo de diesel que abastece toda a região em até 95%”, afirmou.

Dia do Índio: Fetems relata descaso com professor de Aquidauana
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 21.04.2013



Lideranças indígenas solidárias ao professor Wanderley Cardoso (de branco) na Aldeia Bananal em Aquidauana

Para a Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) são poucos os motivos para celebrar o Dia do Índio (19 de abril), em Mato Grosso do Sul. A entidade aproveitou a data para "manifestar a indignação e solidariedade com todos os indígenas de nosso Estado", destacando o caso de um professor indígena de Aquidauana.

A Fetems destaca o caso de Wanderley Dias Cardoso, índio Terena, da comunidade Bananal de Aquidauana, que possui título de Doutorado em História pela PUC/RS (Pontifícia Universidade Católica) do Rio Grande do Sul, mas não consegue aulas na unidade escolar da Rede Municipal de Ensino instalada em sua aldeia.

Segundo os moradores da aldeia, o motivo seria político, já que o professor teria apoiado um adversário do atual prefeito e foi candidato a vereador na chapa contrária.

CONT.



A Fetems se diz indignada com a situação e cobrou providências do poder público municipal de Aquidauana urgentemente, pois o professor Wanderley está passando por sérias dificuldades já que está desempregado, vivendo apenas com o salário de sua companheira, que também é professora na aldeia.

O educador foi reconhecido em nível nacional pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e irá representar os índios brasileiros em um evento internacional da IEL (Internacional da Educação), que acontece no Peru, no próximo dia 15 de maio.

“Nós sonhamos com um Mato Grosso do Sul mais justo e igualitário, que respeite as diferenças de credo, raça e cor. Que respeite as nossas comunidades indígenas e que viva em paz”, diz, em nota, a Fetems.

A Fetems encerra o texto lembrando Marçal de Souza de que dizia: “Não queremos emancipação, nem integração. Queremos o nosso direito de viver. Jamais o branco compreenderá o índio. Queremos ser um povo livre como antigamente. O índio está cercado, amordaçado por uma democracia que não funciona. Por isso nós vamos a campo”.

Escritor defende literatura indígena para embasar estudo de culturas tradicionais
SÍTIO R7, 19.04.2013

Lei determina inclusão das culturas negra e indígena no ensino médio e fundamental

Quando era professor, Olivio Jekupe precisava provar para os alunos que tinha conhecimento da disciplina para que os estudantes passassem a respeitá-lo.

— Quando eles duvidavam, eu começava a falar difícil e eles não entendiam nada.

O professor relembra sobre a época em que precisou lecionar para se sustentar como estudante de filosofia. Hoje, é Olivio que se preocupa com a preparação dos professores. Na semana em que lança o seu 12º livro de literatura, o índio guarani defende a difusão das obras escritas por indígenas como forma de embasar o estudo da história e da cultura desses povos nas escolas.



Os professores vão ter que falar sobre nós. O que eles vão falar? Se não têm assunto, eles vão falar um monte de besteiras sobre a gente. Então, por isso, que é importante o surgimento dos escritores indígenas.

A Lei 11.645 de 2008 determina a inclusão das culturas negra e indígena no ensino médio e fundamental.

Nascido em 1965, em Nova Itacolomy, interior do Paraná, Olivio começou a estudar filosofia em 1988, na Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Morava de favor com uma família da etnia Kaingang e vendia artesanato para se sustentar. Encorajado pelos amigos, começou a dar aulas para o ensino fundamental. Com dificuldades financeiras, veio para a capital paulista, para estudar gratuitamente na USP (Universidade de São Paulo). Apesar de ter investido mais quatro anos na filosofia, não conseguiu concluir o curso.

— Vim para a USP porque era de graça, mas piorou, ficou mais caro, porque na USP o curso de filosofia é muito pesado. Na USP você tem que ler muito e gasta em tudo.

CONT.



Olívio permaneceu na cidade e se consolidou como escritor. Atualmente, não só escreve, como incentiva outros índios nos rumos da literatura. Assim, ele acredita que vai conseguir derrubar as mentiras que foram ditas contra os povos da terra ao longo dos últimos séculos. Inverdades concretas nos monumentos que adornam a cidade de São Paulo

— É um absurdo. Você passa em Santo Amaro e vê o [bandeirante] Borba Gato. Depois tem o [bandeirante] Anhangüera. A história mostra que eles eram grande heróis porque matavam índios. É por isso que a literatura [feita pelo] índio aos poucos vai chegando e os escritores indígenas vão começar a desmascarar essa coisa.

Morador da aldeia guarani Krukutu, em Parelheiros, extremo sul da capital paulista, Olívio conta que ao montar a sua última coletânea, *As Qeixadas e Outros Contos Guarani*, incluiu entre os escritores até mesmo a própria mulher, que é analfabeta. Segundo ele, uma forma de adaptar os contadores de história guarani aos novos tempos.

—Havia os índios com o dom de guardar as histórias na cabeça, não é todo mundo que tem esse dom.

Para ele, a incorporação dos saberes e das tecnologias dos brancos é uma maneira de defender a cultura dos povos tradicionais.

— Quando não tinha nada disso, eles falavam que o índio é atrasado. Quando a gente começa a pegar tudo isso, eles falam que o índio é aculturado, que está perdendo a cultura. Não, não está perdendo. Essas coisas que a gente usa hoje são uma forma de defesa.

Segundo o escritor, as bases da cultura indígena são a língua e a religião. Se isso for mantido, todo o resto pode ser usado para fortalecer a comunidade. Ele compara o uso das tecnologias pelos índios à maneira como os brancos se apropriaram dos saberes tradicionais dos índios, como a farinha de mandioca, a pamonha e o hábito de dormir em redes.

—A tecnologia que os brancos inventaram a gente tem que usar para o bem. Assim como os brancos pegaram muita coisa dos índios e não fez mal. Temos computador, tem gente com celular, tem gente com Facebook, com e-mail. Hoje, a gente usa tudo isso, às vezes melhor do que os brancos.

Olívio explica que, além da literatura indígena, a aldeia tem outras ações para difundir a cultura guarani.

— A gente tem um coral. A escola que quiser é só entrar em contato com a gente, que nós vamos até a escola, damos uma palestra e fazemos uma apresentação do coral para as pessoas entenderem como é a música guarani.

A organização jurídica formal foi a maneira encontrada pelos moradores da Krukutu de fortalecer a liderança tradicional do cacique e também garantir autonomia da aldeia, poder tratar dos próprios negócios sem intermediação da Funai (Fundação Nacional do Índio).